



ISSN 1981 - 3031

DESENHO HISTÓRICO E ARCABOUÇO CONCEITUAL DO GABINETE DE LEITURA DE MACEIÓ

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (UFAL)

elionend@uol.com.br

SANTOS, Roselito de Oliveira (UFAL)

ioselito@bol.com.br

RESUMO:

Neste artigo desenvolvemos, teoricamente, uma abordagem científica em torno dos Gabinetes de Leitura que se constituíram em espaços pensados para divulgar a cultura, a leitura e o conhecimento em meados do Brasil do segundo Império. Esses se alastraram pelas províncias constituindo-se em “unidades civilizatórias” na perspectiva de Norbert Elias (1993). Em nosso caso, interessa retratar o Gabinete de Leitura de Maceió: daí que o presente escrito traz uma definição conceitual e um desenho histórico dessa Instituição, tendo como base teórica as concepções de Michel de Certeau (1982) e March Bloch (2001) em que discutem o processo de escrita da história e o ofício do historiador. Em Alagoas, tem-se notícia somente de um Gabinete de Leitura instalado em Maceió (que posteriormente foi transformado em Biblioteca Pública Provincial e a seguir, Estadual). Os mentores intelectuais do Gabinete de Leitura da província de Maceió foram José Correia da Silva Titara (primeiro presidente), Alexandre José de Melo Moraes e Tomaz do Bomfim Espíndola, que tiveram forte influência na vida social, política e cultural maceioense. Concluimos, incipientemente que a história do Gabinete de Leitura em Maceió precisa ser construída a partir de uma base epistemológica crítica e dialética, cuja contribuição à vida cultural maceioense seja compreendida numa ótica plural no que diz respeito às práticas de leiturização em Alagoas provincial.

Palavras-chave:

Gabinetes de leitura Formação de leitores. Educação em Alagoas no século XIX.

1. INTRODUÇÃO: porque todo início tem um começo

Em todo o processo de construção humana há sempre uma história de início como invólucro, como tecido a cobrir a pele de quem o pensou e o executou. Nesse sentido, também este artigo é parte essencial da pesquisa em desenvolvimento, acerca dos Gabinetes de Leitura, instituição que chegou ao Brasil, seguindo o modelo do Real Gabinete Português de Leitura, que serviu de modelo para a implantação de gabinetes literários nas províncias do Brasil nos idos do século XIX.

Segundo Lajolo & Zilberman (1996), foi por volta de 1840, no Rio de Janeiro – sede da monarquia – que começou a se esboçar os traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema; o capitalismo ensaiava seus primeiros passos, graças à expansão da cafeicultura e dos interesses econômicos britânicos, que queriam um mercado cativo, mas em constante progresso.

Foi nesse contexto que ocorreu nas províncias do Brasil a fundação de associações literárias denominadas “Gabinetes de Leitura”, que significava uma reprodução do modelo do Real Gabinete Português de Leitura. Em seguida foram criadas outras agremiações como o Liceu Literário Português e o Retiro Literário Português, entidades particulares com a intenção de tornar pública a literatura portuguesa no Brasil, sendo os

Gabinetes do Rio de Janeiro (1837) e Recife (1853), os primeiros a serem criados. (MADEIRA, 2005)

Apesar do alto índice de analfabetismo que atingia – e ainda atinge - o Brasil no século XIX, havia um interesse dos homens letrados em incutir uma “cultura civilizatória” (Elias, 1993) na população através de ações que facilitassem o acesso à leitura; por intermédio de iniciativas como os gabinetes de leitura. Estes intelectuais interessados em civilizar os menos favorecidos seguiam um ideário europeu de formar um cidadão “letrado, trabalhado, higiênico e regrado moralmente” (MADEIRA, 200?). É este cenário que Nélson Schapochnik vem corroborar:

A afirmação de que a leitura foi uma prática circunscrita a uma parcela diminuta da sociedade brasileira do século XIX, faz parte do repertório de nosso saber tácito, isto é, do arsenal de certezas que se mostra tão seguro a ponto de parecer ser evidente por si mesmo. Talvez a ampla aceitação desta ‘evidência’ repouse no argumento bastante plausível de que a maior parcela da população brasileira era constituída por analfabetos e, sendo assim, estava automaticamente alijada de participar ativamente da experiência da leitura e do prazer do texto. Esta situação adversa era corroborada pela precariedade do sistema de instrução pública e do restrito acesso aos centros de ensino superior. (2005).

Em Alagoas, a situação não era diferente, no século XIX tínhamos um sistema de educação precário. Sistema esse, que surgiu no então Império com o intuito – em grande parte – de resolver o problema da moralidade pública, amparo e vigília social. (MADEIRA, s.d.). A escola da época não pode ser nomeada pública, privada ou filantrópica, considerando que estas categorias não se distinguiam; havia um entrelaçamento, dando outra feição ao que se costuma nomear de laico e religioso, individual e coletivo, urbano e rural público e privado. (MADEIRA, 200?). É nessa tessitura histórica que surge o gabinete de leitura.

O Gabinete de leitura alagoano foi fundado em Maceió, em 1857, anexo ao Liceu Provincial, compondo uma rede, com outras associações, sociedades e grêmios, criados

em Maceió com os objetivos [difundir as letras, a cultura e a ciência para o povo], postos em estatuto cujo cumprimento cabia ao conselho formado pelo primeiro diretor da instrução pública da província, José Correia da Silva Titara, Thomaz do Bomfim Espíndola e Bernardo Pereira do Carmo, ambos lentes do Liceu; o juiz de órfãos, Pinto Rocha, Jacintho de Mendonça e Guilherme Graça. (MADEIRA, 2005).

A citada autora acrescenta que Titara, primeiro presidente eleito, tinha como principal intenção a fundação de uma livraria pública, com o acervo já disponível no primeiro ano, de mais de 1.700 obras, todas doadas pelos sócios. [grifo nosso]. E segue: “Embora a iniciativa de criar o Gabinete tenha sido atribuída a Silva Titara, o maior entusiasta foi o lente de geografia do liceu e autor de várias obras didáticas na área, Thomaz do Bomfim Espíndola; por entender que aquela instituição deveria ir além das funções de guarda e empréstimo de acervo”.

2. CONCEITO: do entendimento dos termos

Para o senso comum da língua vernácula, o termo “gabinete” tem entre outras acepções, o significado de “sala destinada a trabalho; escritório; laboratório” (CEGALLA, 2005); trazendo já neste arcabouço um sentido de laborar, como espaço para elaboração de alguma coisa, no caso presente: a leitura. Ainda em acordo com as definições do citado autor, temos o conceito de “leitura”, como “arte de ler”, o que à primeira vista daria à expressão estudada “gabinete de leitura”, um sentido de local onde se elabora a arte ler; laboratório do saber; espaço para a arte da leitura, entre outros conceitos que se pode

depreender dali, no entanto carecemos de um aprofundamento dessas significações, que é o que vamos tratar em seguida.

No afã de construir um conceito mais elaborado da palavra “gabinete”, França Júnior (1867) *apud* Schapochnik (2008), traz algumas possibilidades significativas do termo:

O gabinete é um canto isolado do domicílio, onde o homem medita e resolve as mais altas questões de interesse privado e social. O gabinete é a vida. Aspirações, crenças, risos e lágrimas, egoísmo, sórdidos interesses, todas as grandezas e misérias humanas nele se concebe, tudo aí sonha nas diversas fases da vida.

Seguindo essa construção conceitual, o autor afirma ser o gabinete um:

Quarto sombrio a respirar miséria; rico salão alcatifado, suntuoso de luxo; paredes adornadas de suculentas bibliotecas; [e ao mesmo tempo] modesto retiro de paz e felicidade, o gabinete, - ou é um sacrário onde se aninham as aspirações do céu, -ou um antro escuro de Satã a vomitar as chamas do inferno. (SCHAPOCHNIK, 2008).

Nelson Schapochnik (2008), mergulha nas origens do termo “gabinete” e traz conceitos variados como o de Raphael Bluteau (1713), informando que a palavra é derivada do francês “ *Cabinet, que também significa Camarim, & Contador. Aposento particular do Príncipe, ou Ministro, em q estão os papeis, & em que se tratão os negócios de maior importância*”. Mais de um século depois surge outro conceito do dicionarista Francisco Solano Constâncio, reiterando os significados fixados anteriormente e esclarecendo mais precisamente sobre a gênese da palavra: “*Gabinete, derivado do latim *cavinum*: camarim, quarto pequeno; quarto em que o rei despacha com os ministros, ou em que se ajunta o conselho d’estado.*”

3. O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DO IMPÉRIO EM ALAGOAS

No relato de Espíndola *apud* Madeira temos um panorama da educação da época:

“O relatório publicado por Espíndola no ano de 1866 refere-se à situação do ensino de alagoas desde 1835-1865, mas centra atenção especial nos primeiros anos da última década. Com um total de 80 páginas, o documento aborda temas que vão desde o ensino primário (educação física, intelectual, moral, religiosa, exames de habilitação para o magistério), secundário, ensino público e particular, movimentação pessoal, licença, jubilações, visitas, além das atividades dos inspetores paróquias, escolas criadas, suprimidas, restauradas e vagas, casa-escola, mobília, utensílios, estatística do ensino público e particular e reformas em escolas públicas. Reclama a falta de um lugar que habilite o magistério, embora reconheça aqueles docentes que por dedicação, moralidade e capacidade intelectual se tornem dignos de elogios. Chama atenção a oscilação no número de cadeiras de primeira letras, e o atendimento desproporcional entre o sexo masculino e feminino, quadro que se altera quando comparado às escolas particulares, provavelmente pela oferta do regime de internato, cujo zelo pela disciplina era maior. Nos mapas apresentados observa-se que boa parte dos professores do Liceu ocupava o cargo de deputado provincial – incluindo o próprio Espíndola – o que resultava na contratação interina de professores de formação duvidosa. As aulas públicas relativas ao ensino secundário revelam a concentração nas cidades de Maceió, Penedo e Cidade das alagoas (atual Marechal Deodoro). Algumas vilas como Porto Calvo, Anadia, Atalaia e Porto de Pedras ofertavam apenas aulas de latim. Por não haver colégios particulares no interior, com exceção de Penedo e Cidade das alagoas, não havia ensino secundário. [...] Enquanto o Liceu esteve extinto (1861-1863) algumas aulas de ensino secundário permaneceram abertas, como as cadeiras de Gramática latina, Francesa, Nacional e Latim, para desagrado de Espíndola, profundo defensor das permanência das cadeiras de Geografia, História e de Língua Inglesa, a fim que o aluno pudesse melhor aproveitar os estudos em conhecimentos úteis para a vida cotidiana. Por fim, assinala a importância de “auxiliar o ensino particular por meio de garantias, privilégios, exemptions e recompensas, visto como a província já não pode suportar incremento algum no número de suas escolas publicas” (ESPÍNDOLA, 1866).

No mesmo sentido Schapochnik situa-nos sobre a situação das bibliotecas nas províncias do século XIX:

Apesar de todos os senões emitidos pelos gestores da instrução pública e das bibliotecas, dos lamúrios de nossos homens de letras sobre a ausência de público e consumidores de livros, os dados apresentados atestam a existência de uma rede de bibliotecas no território brasileiro. Embora integrados no cenário cultural oitocentista, estas novas bases institucionais da leitura implantadas no império brasileiro tiveram uma existência errática.

Submetidos a sucessivos deslocamentos, as bibliotecas provinciais e municipais, os gabinetes de leitura e as bibliotecas populares ocuparam as mais distintas instalações, que incluíram desde as dependências de um hospital, quartos de hotéis, até as residências particulares, quando não compartilharam seu edifício e seus funcionários com outras instituições. Como se percebe, eles foram adaptados a espaços previamente forjados para outras utilizações, o que gerava, de tempos em tempos, queixumes generalizados por parte dos administradores e funcionários que se viam obrigados a encaixotar os livros e desmontar parte do mobiliário para depois realizar a operação inversa, remodelando a biblioteca de acordo com as novas instalações e as dimensões do acervo. [grifo nosso]. (SCHAPOCHNIK, 2005).

No discurso do poder constituído da época, temos uma breve noção de como era a situação nacional na área da educação, social e política, onde não se percebe nenhuma preocupação por parte do poder dominante com a questão das bibliotecas, acesso à cultura ou à leitura para os cidadãos:

A Assembléia Nacional e Geral Constituinte de 1823, pelo discurso e pela forma, pela composição de seus membros e pelos projetos apresentados, constitui um observatório privilegiado dos problemas e das concepções sociopolíticas do Brasil, no primeiro quartel do século XIX. As propostas de lei, as indicações e os decretos, assim como os usos, o estilo e o conteúdo dos discursos revelam muito das orientações políticas e culturais que vão tomando forma e delineando a organização jurídico-política do Brasil independente. [...] A fragilidade do equilíbrio de forças ameaçadas pelas fissuras abertas pelos movimentos inconfidentes estava cada vez mais debilitada pelos encargos de sustentação da nobreza perdulária, subsistindo à custa da Coroa e amparada pela carga fiscal. A ela se somava a penúria das províncias, extorquidas pelas obrigações tributárias, que se somava, por sua vez, à miséria dos agricultores e à indigência dos artesãos e senhores de pequenos ofícios, todos alijados da proteção real, curtindo a pobreza de todas as formas, nos campos e núcleos urbanos. [grifo meu]. (CHIZZOTTI, 2005, p.31)

Constatamos através dos autores estudados que a situação da educação daquele período era permeada pelas contradições entre o público e o privado, o acesso e o não acesso controlado pela política que regia aquele tecido histórico, onde o cidadão comum era o não usuário, o silenciado, portanto um não cidadão.

4. A PARTICIPAÇÃO DOS INTELLECTUAIS NA INSTALAÇÃO DO GABINETE DE LEITURA DE MACEIÓ

Os gabinetes de leitura no Brasil foram copiados do modelo português, mas logicamente tinha que ser adaptado à nossa realidade, diferenciando-se do modelo francês, por exemplo, denominados “*boutiques à lire*”. Aqui os gabinetes funcionavam de forma gratuita tanto para consulta ou empréstimo de livros, e sua implantação foi permeada por forte sentimento de solidariedade e fervor cívico por parte dos seus idealizadores. (MADEIRA, 2005). Foi de suma importância a iniciativa dos homens letrados da época, que viabilizaram, através de suas ações a instalação do gabinete de leitura em Maceió. A seguir traçamos breve perfil dos principais participantes desse processo histórico.

Para LE GOFF *apud* Santos (2008, p.38), intelectual é o mestre das escolas [...] aquele cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento, fundindo a reflexão pessoal na sua prática de ensino. E diante do contexto histórico em questão, vimos que os atores envolvidos no processo adequam-se perfeitamente ao perfil de “intelectual” formulado pelo citado historiador, o que Madeira (2008) relata:

Quando se trata de instrução pública no Brasil do século XIX, é preciso cuidado para se compreender que, àquela época, havia um emaranhado de relações, nas quais os poucos homens de letras estavam envolvidos em quase

todas as atividades intelectuais, quer no âmbito público, provado ou filantrópico. Cuidavam de ordenar os liceus, as escolas normais, as escolas primárias públicas e sua legislação, os colégios secundários particulares, publicavam obras didáticas, com o fim de ordenar o tipo de saber a circular nas escolas, assumiam simultaneamente o cargo de professores, parlamentares, administradores públicos, inspetores escolares etc.

Esses intelectuais ainda guardavam resquícios da visão dos religiosos que foram missionários educadores no Brasil, e que

Sacralizaram, assim, um modo de ver o mundo: católico, europeu ocidental, trabalhador, adulto, branco, masculino e letrado. Com este perfil humano os missionários estavam convencidos do estado de barbárie espiritual, cultural e material do povo [...], daí a busca pela promoção de um povo ordeiro, letrado, higienizado, trabalhador, cooperativo, honesto, cristianizado e caridoso. (MADEIRA, 2008 *apud* Madeira & Sampaio 2006, p.55)

Complementando o panorama histórico Madeira ainda informa:

Na segunda metade do século XIX no Brasil, os homens de letras se colocavam como missionários do progresso instituído pela civilização ocidental. Com os olhos voltados para os países europeus, considerados avançados, buscavam modelos de organização social que deveriam ser aqui implementados. Conviver em um país de modelo social ainda escravocrata, patrimonialista, analfabeto ou semi-analfabeto, multiétnico, com hábitos rústicos, fortes traços de afilhadismo político na administração pública e com poucos sinais de uma economia urbana, tornava-os engajados na missão de investir fortemente na ilustração da nação. Imbuídos com este ideário, aqueles ilustrados dentro e fora da administração pública, criaram entidades, associações, gabinetes de leitura, clubes científicos e literários, periódicos, impressos escolares, instituições de ensino particulares e filantrópicas, cuja função era cuidar de divulgar tal modelo civilizador. (2008, p.52)

Moacir Sant'Ana nos relata que: Alexandre José de Melo Morais, José Correia da Silva Titara e Tomaz do Bomfim Espíndola têm os seus nomes diretamente ligados à criação

da *Biblioteca Pública Estadual de Alagoas*, que seria formada com o acervo do gabinete de leitura, e mantida a partir de então com orçamento provincial; uma vez que

O Gabinete de Leitura criado por Titara não era ainda uma instituição oficial. Em 1860, em sua *Fala à Assembléia Legislativa Provincial*, o presidente Pedro Leão Veloso, ao discorrer acerca do referido Gabinete, que então contava com 1.721 volumes, afirmou ser “conveniente a criação de uma biblioteca, em modestas condições, a fim de ir-se de ano a ano enriquecendo, de modo que, no fim de pouco tempo, contasse a província com uma livraria pública regular” (SANT’ANA, 1965).

O Conselho do Gabinete de Leitura era formado por José Correia da Silva Titara (primeiro diretor da instrução pública da província); Thomaz do Bomfim Espíndola; Bernardo Pereira do Carmo (lentes do Lyceu Provinvial); Pinto Rocha (juiz de ófãos); Jacintho de Mendonça e Guilherme Graça. Silva Titara foi eleito o primeiro presidente e tinha como objetivo a fundação de uma livraria pública, pois já contava com cerca de 1.700 volumes todos doados pelos sócios, e é sobre esses atores que iremos nos debruçar no decorrer da pesquisa em andamento.

5. CONCLUSÃO

Para Certeau, (1982), “o historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. [...] circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. [...] todas elas zonas silenciosas. (CERTEAU, 1982. p.86). E é ainda nessas margens e percorrendo as zonas silenciosas, que encerramos esta comunicação, visto que há ainda



ISSN 1981 - 3031

lacunas enormes há serem preenchidas/respondidas acerca do objeto em estudo, o Gabinete de Leitura de Alagoas. As pistas são escassas, mas estamos seguindo no processo de busca das informações para um melhor anteparo científico à finalização do trabalho proposto.

Diante do processo histórico visto, chegamos à conclusão de que todo o processo histórico educacional brasileiro, tão peculiar, quanto o nosso país continental, não poderia ter fatos históricos muito diferentes, uma vez que tudo está atrelado à nossa base colonialista, onde já herdamos características do povo d'além mar, e quando “nós brancos chegamos, nós índios, já estávamos aqui, e nós negros estávamos a caminho”ⁱ.

O que podemos – mas não devemos – lamentar é que as iniciativas, como a dos intelectuais do século XIX, que beberam em fontes eruditas, hoje foram substituídos por políticos não muito éticos, e não mais interessados em “civilizar pelas letras”, haja vista a condição de nossas bibliotecas públicas.

Naquela época, não havia uma máquina pública arrecadando tanto dinheiro como hoje. Agora, temos, mas as ações em prol de bibliotecas e erradicação do analfabetismo, ainda deixam muito a desejar. Mas, vamos manter esperanças de que no próximo século, possamos ter a escrita de uma história menos espinhosa, com mais acesso à educação e à cidadania.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: C.E.N, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

BLOCH, Marc. **Apologia da história** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. *In*: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p.31-53.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **A educação da província alagoana em produções acadêmicas**. Maceió: [s.l.], [s.n.], [s.d.].

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **As fontes documentais para a história da educação em Alagoas**. Maceió: [s.l.], [s.n.], 200?.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. O “gabinete de leitura” e suas implicações na cultura escolar do império: notas sobre a instituição no Nordeste brasileiro. *In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. 17 a 22 de Julho de 2005. Londrina-PR.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Os reverses da pesquisa com fontes da educação em periódicos de Alagoas**. Maceió: [s.l.], [s.n.], [s.d.].

SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. *In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, N. (Orgs). Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Distinção, instrução & prazer: uma tipologia dos gabinetes de leitura no Brasil oitocentista. *In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia et al (Orgs.). História da educação: vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: UFC, 2008. p.165-205.

SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Pequena história da biblioteca pública estadual**. Maceió: APA, 1965.

ⁱ TEIXEIRA, Lúcia Guiomar P. **Negro e azul como alma**. Rio das Ostras: Poema, 2000.